

Só farmácias poderão vender medicamentos

*Congresso aprova MP que
proíbe venda em lojas de
conveniência, armazéns
e supermercados*

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — Os supermercados, armazéns e lojas de conveniência não poderão mais oferecer medicamentos, cuja venda voltará a ser feita exclusivamente pelas farmácias e drogarias em todo o País.

Essa foi uma das principais alterações feitas na medida provisória que criou o Real, finalmente aprovada ontem pelo Congresso, um ano depois de ter sido baixada pelo governo e de ter sofrido 12 reedições.

A emenda, de autoria do deputado Adylson Mota (PPR-RS), foi uma das seis mudanças acolhidas pelo relator da MP, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Expurgo — Outra modificação beneficia as empreiteiras e empresas prestadoras de serviços ao governo. A MP original determinou o expurgo da expectativa de inflação embutida nos contratos sem correção monetária existentes na data de criação do Real. Caso essa expectativa não estivesse explícita nos contratos, deveria ser adotado o Índice Geral de Preços (IGP) de junho de 94.

As empresas reclamaram porque o índice de junho, da ordem de 50%, era maior do que a inflação vigente na data em que muitas propostas foram apresentadas ao governo.

Agora, graças a uma emenda do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), passa a valer, para efeito do expurgo, a inflação do mês em que a proposta foi apresentada. O que significa, em termos práticos, um expurgo menor desses contratos.

Ações — O líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), conseguiu ainda alterar o artigo 33 da MP, que permite ao governo resgatar títulos federais com a entrega de ações de empresas estatais depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública.

A operação podia ser feita pelo valor de mercado das ações, mas essa faculdade foi suprimida por uma emenda do deputado. A partir de agora, deve ser considerado o valor patrimonial das ações, geralmente mais alto.

"O Congresso se livrou do ridículo de aprovar uma medida provisória alterando a outra", disse Fogaça, referindo-se à MP da desindexação da economia, que o governo vai encaminhar ao Legislativo amanhã e que deve mudar vários pontos da MP do Real.

A aprovação foi feita por meio de voto simbólico das lideranças, tendo se manifestado contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O Partido Democrático Trabalhista (PDT) aprovou o novo texto "com ressalvas".